



FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em reais)

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2016	2015
	explicativa				explicativa		
CIRCULANTE			(RECLASSIFICADO)	CIRCULANTE			(RECLASSIFICADO)
Caixa e Equivalente de Caixa	3	171.736	1.265.536	Impostos a recolher		1.081	311
Devedores Filiados	3	4.837.219	6.450.091	Salários e encargos sociais	5	2.298.523	1.502.365
Estoques	3	55.209	36.290	Contas a Pagar		1.836.409	79.643
Adiantamentos	3	800.469	2.616.272	Provisão Fornecedores		382.351	
Depósitos Judiciais	3	332.480	315.465	Emprestimos Bancários			381.031
Outros Valores a receber	3		104.358	Outras obrigações			6.894.954
Total do ativo circulante		<u>6.197.113</u>	<u>10.788.013</u>	Total do circulante		<u>4.518.364</u>	<u>8.858.304</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Devedores Filiados	3	2.044.747	2.044.747	PROFUT	7	14.955.655	
Investimentos		4.469	4.469	Provisão Contingências	6	1.100.000	1.634.773
Imobilizado	4	20.259.654	15.530.789	Provisão Credores Duvidosos	3	2.044.747	
Intangível		31.295	31.295	Total do não circulante		<u>18.100.402</u>	<u>1.634.773</u>
Diferido			1.144.407	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		<u>22.340.165</u>	<u>18.755.706</u>	Patrimônio		5.472.814	18.604.943
				Reserva de reavaliação		445.699	445.699
				Total do patrimônio líquido		<u>5.918.513</u>	<u>19.050.642</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>28.537.278</u></u>	<u><u>29.543.719</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>28.537.278</u></u>	<u><u>29.543.719</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mario Sergio Martins da Silva
Técnico Contábil CRC RS-32619/O
CPF 236.718.400-30

Francisco Novellotto Neto
Presidente
CPF 206.917.850-15





FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em reais)

	2016	2015 (RECLASSIFICADO)
RECEITA BRUTA DAS ATIVIDADES	12.154.550	8.705.115
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.154.550	8.705.115
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(29.390.739)	(5.215.501)
Pessoal	(2.631.795)	(1.289.706)
Material	(4.818)	(5.971)
Gerais e Administrativas	(9.397.763)	(2.767.139)
Futebol Amador	(1.326.092)	(915.291)
Futebol Profissional	(120.487)	(237.394)
Parcelamento de Tributos	(14.350.837)	
Depreciações	(1.558.948)	
RESULTADO OPERACIONAL	(17.236.189)	3.489.614
Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas	(2.288.181)	(153.068)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(19.524.369)	3.336.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Mario Sergio Martins da Silva
Técnico Contábil CRC RS-32619/O
CPF 236.718.400-30


Francisco Novellato Neto
Presidente
CPF 206.917.850-15




FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Patrimônio</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>15.268.397</u>	<u>445.699</u>	<u>15.714.096</u>
Superávit do Exercício		3.336.546		3.336.546
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>18.604.943</u>	<u>445.699</u>	<u>19.050.642</u>
Reclassificação Imobilizado Déficit do Exercício	4	6.392.240 (19.524.369)		6.392.240 (19.524.369)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>5.472.814</u>	<u>445.699</u>	<u>5.918.514</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Mario Sergio Martins da Silva
Técnico Contábil CRC RS-32619/O
CPF 236.718.400-30


Francisco Novelletto Neto
Presidente
CPF 206.917.850-15

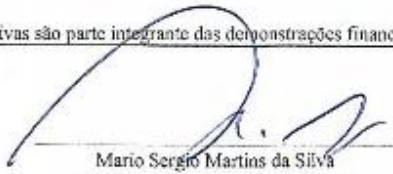



FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em reais)

	2016	2015 (RECLASSIFICADO)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit Líquido do exercício	(19.524.369)	3.336.546
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.558.948	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.044.747	
Aumento/redução nos ativos e passivo operacionais:		
Devedores Filiados	1.612.871	(2.031.939)
Estoque	(18.918)	(22.431)
Fornecedores	382.351	
Impostos a recolher	14.956.425	(394)
Outras contas a receber	1.231.750	(171.922)
Salários e encargos sociais	796.157	1.363.153
Outras contas a pagar	(6.053.992)	(1.298.467)
Adiantamentos	1.815.804	1.530.459
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(1.198.227)</u>	<u>2.705.005</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativos imobilizados e intangível	104.427	(1.486.417)
Baixa de ativos imobilizados e intangível		
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>104.427</u>	<u>(1.486.417)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	<u>(1.093.800)</u>	<u>1.218.588</u>
Disponibilidades no início do exercício	1.265.536	46.948
Disponibilidades no fim do exercício	<u>171.736</u>	<u>1.265.536</u>
	<u>(1.093.800)</u>	<u>1.218.588</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Mario Sérgio Martins da Silva
Técnico Contábil CRC RS-32619/O
CPF 256.718.400-30


Francisco Novelletto Neto
Presidente
CPF 206.917.830-15



FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Federação Gaúcha de Futebol - FGF é uma Associação civil de direito privado, Associação estadual de administração do esporte, de caráter e fins desportivos, sem fins lucrativos, filiada à Confederação Brasileira de Futebol - CBF.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a Legislação Societária e legislações complementares.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os saldos de Caixa, bancos conta corrente e Aplicações Financeiras, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

Contas	31 DEZEMBRO 2016	31 DEZEMBRO 2015
Caixa	56.136,48	15.587,80
Bancos C/ Corrente	375,29	706,43
Bancos C/ Aplicação	115.224,42	1.248.229,60
Total	171.736,20	1.265.536,13

b) Devedores Filiados

As contas a receber de filiados são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos. Os valores contabilizados no não circulante possuem Provisão constituída, para possível perda.

c) Estoques

Compreendem os estoques de material de almoxarifado, que são avaliados pelo custo de aquisição, estando assim compostos:

Contas	31 DEZEMBRO 2016	31 DEZEMBRO 2015
Materiais de Consumo	4.128,34	11.970,93
Material de Jogos	51.082,21	24.319,32
Total	55.208,55	36.290,25

d) Adiantamentos

Compreendem os adiantamentos descritos abaixo:

Contas	31 DEZEMBRO 2016	31 DEZEMBRO 2015
Adiantamento a funcionários	55.034,09	33.107,77
Adiantamento p/ terceiros	745.434,53	695.288,23
Adiantamento p/ contratos		3.933.622,87
Total	800.468,62	4.659.018,87

e) Depósitos Judiciais

Compreendem os valores de depósitos recursais referentes a processos que estão tramitando. Há, sobre tais processo, constituição de Provisão para Contingência.

f) Outros valores a receber

No exercício de 2016 foram contabilizados como perda, por não haver possibilidade de cobrança de tais valores.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou de construção, ajustados por depreciações acumuladas, nos itens imóveis e veículos, calculada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pelo tempo de vida útil estimado dos bens. Os ativos imobilizados estão registrados contabilmente por valor não superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

h) Classificação dos Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou expectativa de realização acima deste prazo são classificados como itens não circulantes.

i) Valor Justo de Ativos e Passivos

Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em valor justo dos saldos do Ativo (clientes) e do Passivo (fornecedores), não sendo apurado efeito significativo ou relevante, considerando que os prazos médios são inferiores a 90 dias.

NOTA 04 - IMOBILIZAÇÕES



FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

A Associação promoveu em janeiro de 2016 a reclassificação de R\$ 6.392.240,17 do patrimônio para imóveis, referente a gastos de construção do prédio de sua sede, contabilizados equivocadamente em 2011 e 2012 como despesas. Também foi reconhecida em 2016 a depreciação do imóvel, referente ao ano em questão e ao ano de 2015.

NOTA 05 - SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Contas	31 DEZEMBRO 2016	31 DEZEMBRO 2015
Contribuição à Previdência	1.703.148,37	1.441.398,13
IRRF	3.487,83	2.245,10
Contribuição Sindical	110.000,00	57.000,00
PIS S/ Folha de Pagamento	1.889,28	1.721,48
PROFUT	480.000,00	
Total	2.298.526,58	1.602.364,71

NOTA 06 - PROVISÕES CONTINGÊNCIAS


A Entidade está envolvida em demandas judiciais trabalhistas, sendo que foram constituídas provisões no montante de R\$ 1.352.887,82.


NOTA 07 - DÉBITOS FISCAIS PARCELADOS - PROFUT

A Entidade aderiu ao PROFUT (Programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro) no ano de 2016, onde reconheceu débitos tributários no montante de R\$ 14.350.836,65 no ano de 2016.

NOTA 08 - COBERTURA DE SEGUROS

A Associação não adota a política de contratação de cobertura de seguros para os bens.


Mario Sérgio Martins da Silva
Técnico Contábil CRC RS-32619/O
CPF 236.718.403-30


Francisco Novillecto Neto
Presidente
CPF 206.917.850-15

Opinião

Examinados as demonstrações contábeis da Federação Gaucha de Futebol que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Federação Gaucha de Futebol em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato da empresa não estar totalmente adequada as Normas Contábeis Vigentes e ao CPC 27 – Imobilizado, visto não ter um controle patrimonial efetivo sobre os bens e tampouco efetuar os cálculos de depreciação sobre estes bens. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria objetiva é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Eduardo Genro Sampedro
Auditor

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Federação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo de auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com as responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas internacionais.



Eduardo Genro Sampedro
Auditor

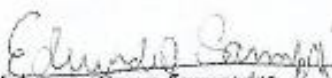
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizados e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de Janeiro de 2016.


Eduardo Genro Sampedro

CRC 77.968-0/2